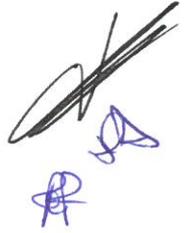




TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

2018

ABREVIATURAS/SIGLAS

CMVMC – Custo da Mercadoria Vendida e de Matérias Consumidas
CPR – Centro de Processamento de Resíduos
CPSA – Centro de Processamento de Subprodutos Animais
CVE – Central de Valorização Energética
CVO – Central de Valorização Orgânica
DCVE – Departamento da Central de Valorização Energética
DVMAL – Departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística
FSE – Fornecimento e Serviços Externos
HORECA – Hotelaria, Restaurantes e Cafés
LER – Lista Europeia de Resíduos
MAH – Município de Angra do Heroísmo
MPV – Município da Praia da Vitória
PCI – Poder Calorífico dos Resíduos
RAA – Região Autónoma dos Açores
RCD – Resíduos de Construção e Demolição
RU – Resíduos Urbanos
SIGRES - Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens
SPOA – Subprodutos de Origem Animal

Mensagem do Conselho de Administração,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao ano de 2018.

O Conselho de Administração assumiu como importante orientação estratégica para o ano de 2018 a consolidação dos objetivos estratégicos, não só na perspetiva financeira mas também na perspetiva do conhecimento e processo. Desde modo para além de garantir o equilíbrio orçamental iniciaram-se processos conducentes à melhoria organizacional.

Fazendo um balanço de 2018, podemos afirmar que:

- Cresceu nas suas obrigações por via de ter sido dotada da competência de gestão da recolha, transporte e valorização multimaterial do concelho de Angra do Heroísmo;
- Criou novas (e manteve) a cooperação com os diversos operadores de gestão de resíduos, sendo que no domínio da valorização multimaterial, enquanto SIGRU, geriu o sistema;
- Cresceu significativamente na operação de valorização dos subprodutos animais no Centro de Processamento;
- Melhorou a performance da Central de Valorização Energética com os benefícios resultantes da venda de energia elétrica;
- Manteve a deposição negativa do confinamento técnico, em linha com as orientações comunitárias por via da consolidação da atividade de mineração;

Estamos gratos aos Municípios com quem nos relacionamos assim como a todas entidades e operadores de gestão de resíduos com quem colaboramos e que temos procurado desenvolver parcerias e muito principalmente aos nossos Colaboradores que connosco partilham o dia-a-dia, os desafios, os problemas, as incertezas e os sucessos.

Angra do Heroísmo, 28 de março de 2019,

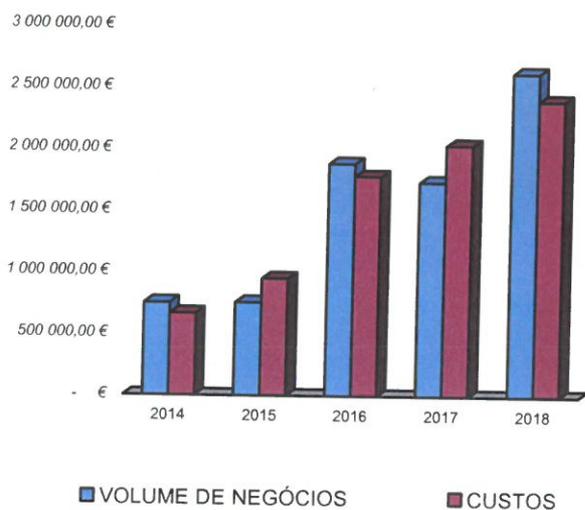
Raquel Gomes Caetano Ferreira (Presidente)

Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde

Maria do Anjo Condesso Ekström

INDICADORES MAIS SIGNIFICATIVOS

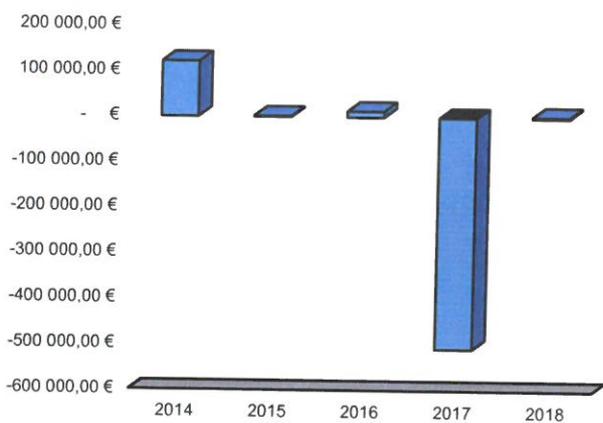
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E CUSTOS



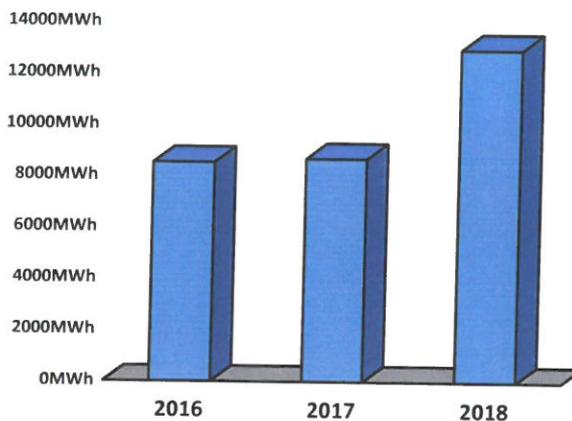
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR TIPOLOGIA



EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO



EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE





I. A ATIVIDADE

No âmbito das competências atribuídas pelos municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, a TERAMB é a entidade responsável pelo Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos da ilha Terceira e o único interlocutor com os SIGRES (Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens).

Em 2018, o Município de Angra de Heroísmo delegou, nesta empresa, a competência de gestão dos resíduos de embalagem produzidos no município, o qual inclui a recolha e transporte a partir dos ecopontos e dos estabelecimentos aderentes ao setor HORECA para a Estação de Triagem.

Deram-se continuidade às operações das diversas valências visando o estrito cumprimento da hierarquia dos resíduos e o **incremento significativo no desvio de resíduos**

de aterro, mantendo-se a deposição negativa, pela atividade de mineração, cumprindo-se desta forma com os objetivos estratégicos da empresa.

O aumento da produção de resíduos recebidos e geridos confirma a inversão de anos anteriores, mantendo-se a estratégia de valorização, tratamento e confinamento dos resíduos.

A TERAMB preocupada em continuar a promover uma gestão sustentável de resíduos em articulação com os Municípios, entidades gestores e operadores de gestão de resíduos tem trabalhado no sentido que o resíduo seja utilizado como recurso, procurando **que todo o resíduo ou subproduto gerado tenha VALOR**.

EVOLUÇÃO DOS RESÍDUOS GERIDOS

RESÍDUOS	2014	2015	2016	2017	2018
Resíduos Recebidos (ton)	41.088,40	40.339,74	41.079,71	42.415,59	46.070,21
Resíduos Geridos (ton)	43.792,09	43.116,05	43.914,50	45.335,59	49.064,43
Resíduos Urbanos (ton)	32.247,58	30.113,57	29.998,43	29.383,30	30.324,09
Resíduos Reciclados ou Reutilizados (ton)	2.347,13	2.434,23	8.072,02	9.552,69	10.844,43
Resíduos Minerados (ton)	0,00	0,00	10.880,00	3.337,48	8.399,55
Taxa de Reciclagem (%)	7,28	8,08	26,91	32,51	35,76

Fonte: relatórios SRIR e dados da empresa. Os dados de 2018 são provisórios por ainda não ter sido publicado o relatório do SRIR 2018.

[Handwritten signature]

Em 2018, a TERAMB recebeu nas diferentes infraestruturas de tratamento e valorização que gere um total de 46.070,21 ton de resíduos.

EVOLUÇÃO DA OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

VALORIZAÇÃO (%)	2014	2015	2016	2017	2018
Aguarda Valorização	16,71	17,41	2,83	0,10	0,15
Valorização Orgânica	0	7,59	7,94	11,94	12,56
Valorização Energética		10,92	66,42	75,86	77,04
Confinamento Técnico (Aterro)	83,29	64,08	22,82	12,09	10,24

A **Valorização Multimaterial dos Resíduos** é essencial para a preservação do ambiente através da reutilização ou transformação em detrimento da sua incineração ou deposição em aterro. Quando a produção de resíduos não pode ser minimizada privilegia-se a reutilização e reciclagem.

Este ano, no segundo semestre, a recolha e transporte das embalagens provenientes dos ecopontos e estabelecimentos do setor HORECA, ficou a cargo da TERAMB, serviço este adjudicado a um prestador externo.

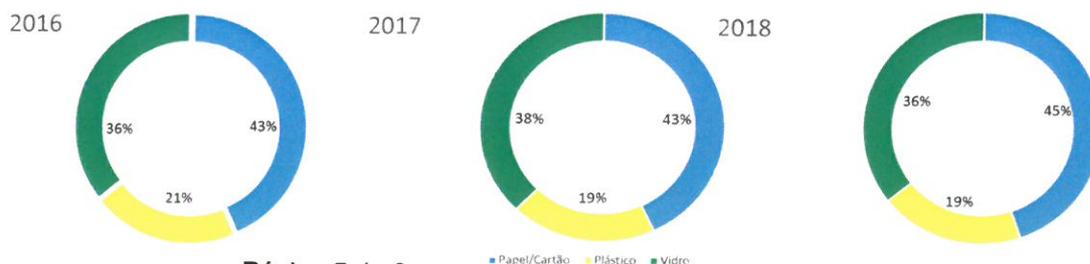
A Estação de Triagem, a cargo de operador externo, recebe todos os materiais recolhidos nos ecopontos ou no sistema porta-porta preparando os materiais recolhidos e enviando

para retomadores licenciados (industria recicladora). Na composição dos resíduos de origem seletiva proveniente dos municípios verifica-se uma subida no material "Papel/Cartão" por oposição a uma descida nas embalagens de "Vidro".

A TERAMB também tem um Ecocentro no qual os munícipes podem depositar gratuitamente as suas embalagens que são reencaminhadas para a Reciclagem.

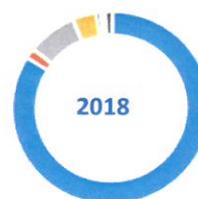
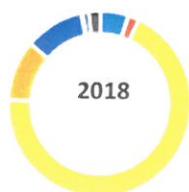


EVOLUÇÃO DA RECOLHA SELETIVA



No concerne ao empenho dos Municípes no uso dos ecopontos constata-se que com exceção da fração plástica, a qualidade dos resíduos de embalagem depositados cumpre com as boas práticas.

CARACTERIZAÇÃO DAS EMBALAGENS DEPOSITADAS NOS ECOPONTOS

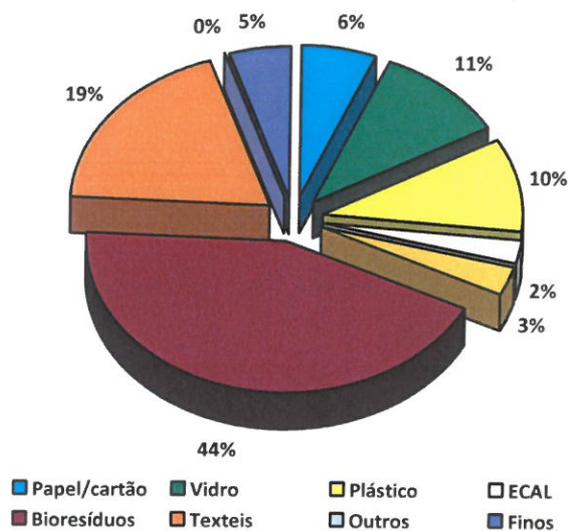


Atendendo à caraterização física média dos resíduos indiferenciados produzidos, o potencial para a fração alvo de reutilização e recuperação existente é ainda significativo, representando cerca de 32% (informação recolhida na última campanha de caraterização 2018).

Para 2020 a meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem é de 50%.

Será necessário ainda um esforço acrescido no sentido de direcionar para a reciclagem, materiais que ainda continuam a ser enviados para a valorização energética. Uma das metas será o aumento da capitação de retoma com origem na recolha seletiva.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS



Nas infraestruturas que estão a cargo da gestão direta da TERAMB deram entradas diversas tipologias de resíduos encaminhadas para diversos destinos.

A GESTÃO DE RESÍDUOS POR TIPO E DESTINO



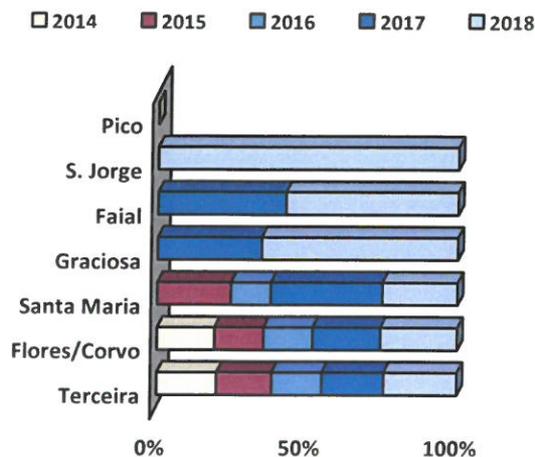
RESÍDUOS	DESTINO	2015	2016	2017	2018
Resíduos Urbanos indiferenciados (ton)	CVE	4,428	22,494	22,505	20,972
	Aterro resíduos banais	18,421	0,000	0,000	0,000
Refugo – CPR (ton)	CVE	0,06	0,705	2,150	3,762
	Aterro resíduos banais	0,501	0,000	0,000	0,000
Subprodutos Animais (ton)	CPSA/CVE	0,000	1,22	4,866	6,516
	Aterro resíduos banais	4,775	5,294	1.719	0,915
Resíduos industriais Perigosos (ton)	Aterro resíduos perigosos	0	0,000	0,040	0,018
	CVE	0	0,195	0,032	0,056
Resíduos industriais Banais (ton)	Aterro resíduos banais	0,504	0,037	0,031	0,015
	CVE	0	0,413	0,249	0,302
Biodegradáveis (ton)	CVO	3,086	3,729	3,704	3,847
	Aterro resíduos banais	3,160	0,977	1,174	1,427
Resíduos ETAR e esgotos	CVO	0	1,234	1,379	2,058
	CVE	2,471	2,360	2,313	2,644
Monstros (ton)	Reciclagem	0	0,005	0,033	0,060
	CVE	0,400	0,140	0,394	0,382
Outros resíduos urbanos					
RCDs e terras e pedras	Aguarda destino	1,609	2,278	1,811	3,098

Os subprodutos animais recebidos dos diversos centros de abate, com exceção de S. Miguel, são submetidos a pré-tratamento no Centro de Processamento de Subprodutos Animais e posteriormente a um tratamento térmico na CVE.

Em 2018 registou-se um significativo aumento deste resíduo, pelo que o CPSA teve que laborar 16 horas por dias/6 dias x semana.

RECEÇÃO DE REFUGO POR ILHA

A TERAMB também recebe refugo proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos localizados em todas as ilhas com exceção de S. Miguel



A VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

A Valorização Orgânica da fração verde e lamas agroalimentares, através da sua compostagem, constitui uma forma de valorização enquadrada dentro da hierarquia dos resíduos. A sua promoção é um dos objetivos da TERAMB, promovendo a valorização de resíduos que de outro modo constituiriam um passivo ambiental.

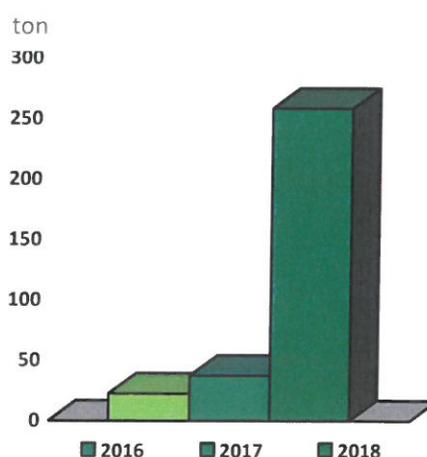
Ocorre mediante por um processo aeróbio simplificado em meio aberto com revolvimento periódico com volteadora.

No âmbito dos projetos de I&D, iniciou-se parceria com a Universidade dos Açores, com candidatura ao projeto INTERREG, Mac 2014-2020, VERCOCHAR - "*Vermicompost, compost y biochar, herramientas para la adaptación al cambio climático, la prevención y mitigación de los efectos derivados de los riesgos naturales en el medio agrícola y forestal*" onde se pretende analisar a incorporação no solo de

resíduos orgânicos compostados (composto e vermicompostagem).

Como produto final desta participação, obter-se-á um *dossier* que permite a certificação do composto e divulgação junto da comunidade e dos agricultores.

VENDA DE COMPOSTO





A VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

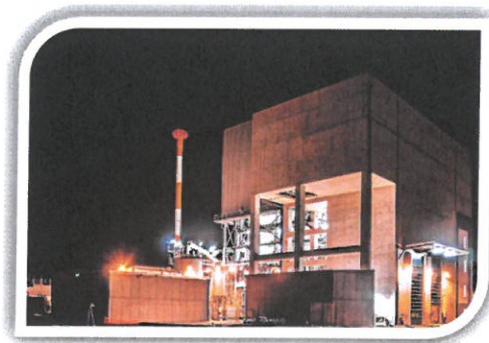
Na CVE ocorre a valorização energética dos resíduos indiferenciados. Neste processo, o calor resultante da queima controlada, por grelhas, dos resíduos a uma temperatura superior a 850°C, é convertido em energia elétrica através de um sistema turbogerador, sendo esta energia exportada para a rede pública através de uma linha de média tensão.

Durante o ano de 2018, valorizou-se 77,04% dos resíduos que deram entrada na instalação, mantendo-se a receção de resíduos provenientes dos CPR e, estabeleceram-se ainda parcerias com alguns operadores de gestão de resíduos.

As sinergias e a partilha de infraestruturas continuará a ser uma orientação a seguir, contribuindo assim, para uma verdadeira economia circular.

A quantidade de resíduos incinerados durante o ano foi de 41.990,98 toneladas.

Comparativamente a 2017 registou-se um acréscimo dos níveis de incinerados, de aproximadamente 35%, ficando a instalação próximo da capacidade nominal da instalação (em termos de quantidade). Contudo, o valor médio de PCI em 2018 foi de 6.000 Kj/Kg, próximo do verificado em 2017 (5.779Kj/Kg) e muito abaixo do valor nominal (8.000 Kj/kg). Este índice traduz o potencial calorífico dos resíduos incinerados médios anuais. Conjugado com o diagrama de combustão Quantidade vs PCI vs Produção de Vapor, verifica-se que ainda existe potencial para recebimento de resíduos.



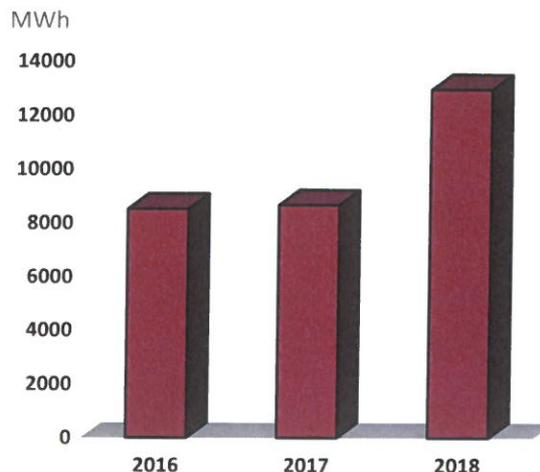
Foram realizadas duas paragens programadas, que corresponderam a 41 dias de manutenção programada. A segunda paragem em outubro foi de 21 de dias, necessária para uma grande intervenção no gerador do turbogruppo, no âmbito da garantia contratual (substituição do rotor) e ainda para demolição e reposição de parte do refratário da fornalha com reposição de ancoragens que obrigou a um arranque prolongado para cura do material aplicado.

PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

Em termos de energia produziu-se cerca de 12.953,08 MWh ano, um aumento em cerca de 50 % relativamente a 2017, relacionado com a maior disponibilidade e estabilidade da instalação. Destaca-se ainda a exportação de energia térmica (vapor) para o CPSA.

A eletricidade exportada em 2018 pela CVE correspondeu a 7,2 % do total de energia produzida na ilha Terceira e ao consumo energia equivalente de cerca de 13.493 habitantes (consumo doméstico).

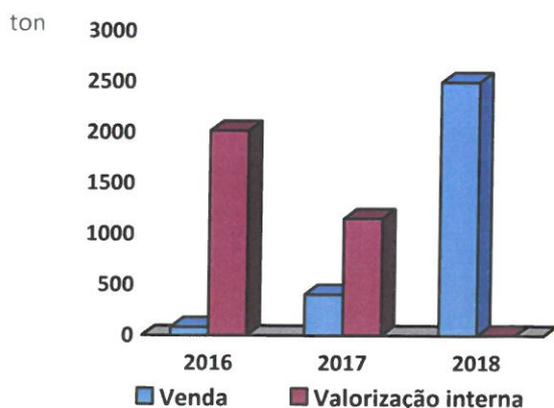
EXPORTAÇÃO DE ELETRICIDADE

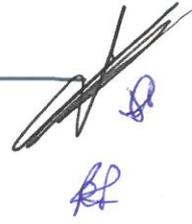


SUBPRODUTOS OBTIDOS DA INCINERAÇÃO

Do processo de combustão de resíduos resultam ainda escórias e metais ferrosos, que são separadamente recuperados, sendo estes materiais ferrosos encaminhados para posterior reciclagem. Relativamente às escórias, os seus componentes potenciam uma utilização como material granular substituindo os solos ou os agregados naturais obtidos na indústria extrativa, mas também é um subproduto que tem potencial relevante, em obras de construção e estradas. As cinzas produzidas na Central foram tratadas na unidade de inertização e, posteriormente foram transportadas para o aterro.

VALORIZAÇÃO DE ESCÓRIAS





CONFINAMENTO TÉCNICO E MINERAÇÃO / LANDFILL MINING AND RECLAMATION

Em complemento à hierarquia dos resíduos, sempre que não seja possível valorizar os resíduos de outra forma, o confinamento técnico constitui a última opção de tratamento.

No período em apreço a TERAMB encaminhou para confinamento técnico os resíduos de 3,27 toneladas referentes essencialmente a resíduos de limpeza de esgotos e das estações de tratamento de águas residuais, nomeadamente lamas e gradados.

Os resíduos de construção e demolição estão a ser depositados em espaço segregado para avaliar a possibilidade de triagem e valorização.

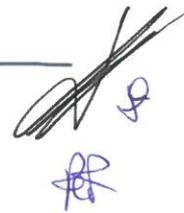
É de salientar a **deposição negativa em aterro**. De facto foram depositados em aterro (operação D1) 3,27 toneladas e recuperadas na atividade de mineração 8,40 toneladas, o que perfaz um balanço de – **4,95 toneladas depositadas**.

A mineração permite otimizar a reutilização de recursos naturais, pela oportunidade que se cria não só pela valorização de espaços mas pela diminuição dos impactes ambientais. Por outro lado, permite criar valor para os materiais recuperados.

Este projeto encontra-se no terceiro ano de execução, podendo concluir pela sua viabilidade e pela deposição negativa em aterro, em linha com as políticas europeias.

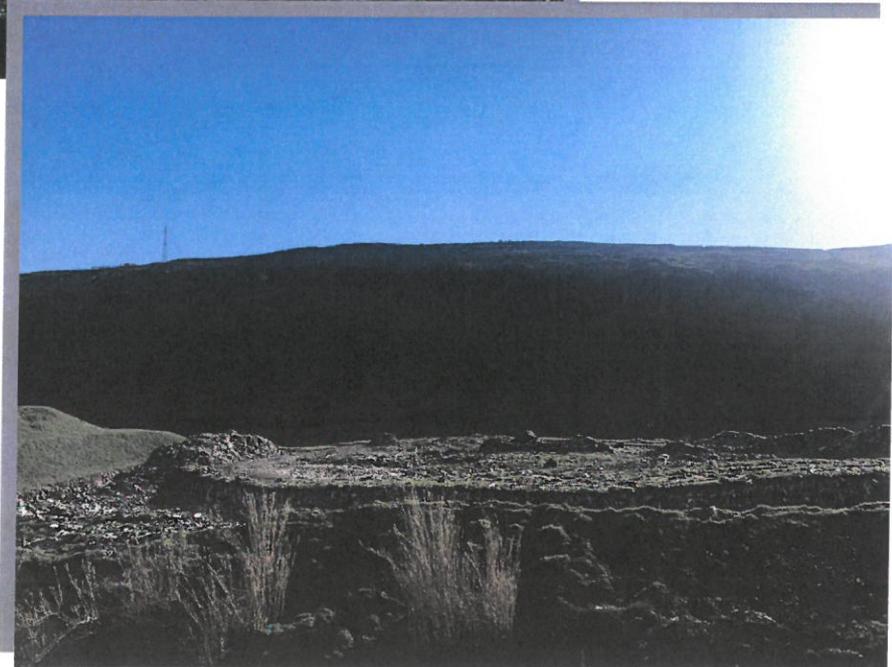
No entanto, é necessário melhorar a atividade, pelo que será uma área a investir enquadrada em programas de investigação, desenvolvimento e inovação na gestão de resíduos. Em 2018 a atividade de mineração, laborou 16 horas/dia (5 dias por semana), num pavilhão coberto, durante o período de estio.





A RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL

ANO	RESÍDUOS RECUPERADOS (TON)	RESÍDUOS DEPOSITADOS (TON)	SALDO (TON)
2016	10.880,06	7.092,80	-3.787,26
2017	3.337,48	3332,849	-4,63
2018	8.399,55	3267,14	-5132,41





2. COLABORADORES

A gestão de recursos humanos tem uma grande relevância dentro da empresa pela ponte que faz entre as necessidades individuais e as organizacionais.

No final de 2018 eram 44 colaboradores distribuídos por 2 departamentos cuja média de idade se situa nos 39 anos. Destes cerca de 13,5 % têm qualificação superior, sendo 91 % homens e 9 % mulheres. Esta disparidade, em grande medida, é resultante na natureza tradicionalmente masculina deste tipo de serviço. No entanto se analisarmos do ponto de vista de distribuição de cargos de direção/administração, a percentagem altera-se, 60 % mulheres e 40 homens %.

Em 2018 foi ainda elaborado o Plano da Igualdade de Género para o período 2018-2020 e dado início à negociação para Acordo de Empresa.

A TERAMB tem apostado na formação continua e desenvolvimento das competências profissionais, promovendo também iniciativas internas que promovam a comunicação. A formação incluiu ações na área da segurança, higiene no trabalho e, no âmbito de uma prestação de serviço, formação para operadores, chefes de turno, manutenção e engenharia, de 20 horas anuais, referente ao sistema de supervisão e controlo da CVE.

NÚMERO DE COLABORADORES

CARGO/CARREIRA/CATEGORIA	DCVE	DVMAL	TOTAL
DIRETOR-TÉCNICO	1	1	2
TÉCNICO SUPERIOR	2	2	3
ASSISTENTES DE GESTÃO	6	1	7
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	-	1	1
TÉCNICOS ALTAMENTE QUALIFICADOS	9	-	9
ASSISTENTES OPERACIONAIS	6	15	20
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	24	20	44





3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 2018, o volume de negócios foi de **2.620.977,59 €**, o que representa um aumento de cerca de **+51%** relativamente a 2017, sendo que **44 %** refere-se às vendas essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e **56 %** a prestações de serviço. A estes valores acresce **1.295.485,00 €** proveniente da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT.

O **acréscimo significativo no volume de negócios** está relacionado com a maior estabilidade de produção de energia e ainda pela diminuição de números de eventos que provocam a perda de produção de eletricidade. Recorde-se que em 2017 o **número e a extensão das avarias da CVE** resolvidas no âmbito da garantia contratual era significativo tendo afetado significativamente o volume de negócios.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

RUBRICAS (€)	2014	2015	2016	2017	2018
Eletricidade	0,00	0,00	808.007,38	515.604,35	1.153.562,15
Escórias inertes	0,00	0,00	82,92	408,52	3.002,62
Composto	0,00	0,00	292,00	372,40	2.043,41
Sucata	0,00	0,00	0,00	8.250,00	7.268,70
Total de Vendas	16.586,94	9.017,70	814.270,43	524.881,91	1.157.270,31
Contrapartidas- SMAU	0,00	0,00	0,00	43.212,98	53.944,02
Prestação de Serviços	732.354,50	745.001,67	1.067.617,51	1.209.362,26	1.463.707,28
Total Volume de Vendas +Serviços	748.941,44	754.019,37	1.881.887,94	1.734.244,17	2.620.977,59

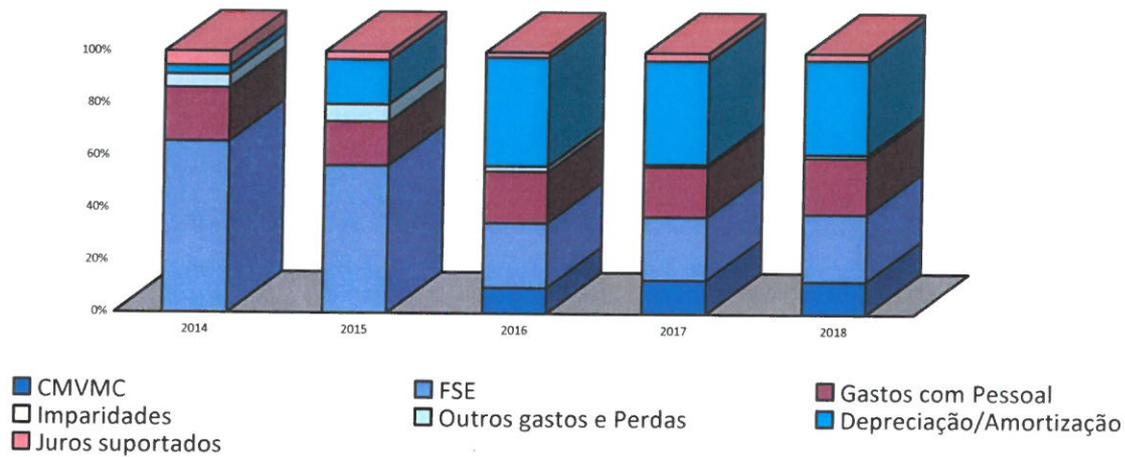
A execução da despesa corrente foi de **85%** relativamente ao orçamento, no valor de **2.395.187,62€**. No concerne à sua estrutura, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas representa **21 %**, o fornecimento e serviços externos contabiliza **42 %** enquanto os gastos com o pessoal com o valor de **842.809,31€** representam **35%**.

Os custos com as matérias consumidas mantivera-se em valores idênticos ao ano anterior (+6.7%), enquanto os custos relacionados com os fornecimentos e serviços externos aumentarem ligeiramente (+18.35%). No concerne aos gastos com o pessoal salienta-se que estava previsto a contratação de **6** pessoas, que se vieram a efetivar, assim como a internalização da manutenção. **De uma forma global todos os valores são abaixo do esperado, o que resulta do esforço de controlo e redução da despesa e da maior disponibilidade e estabilidade da instalação.**

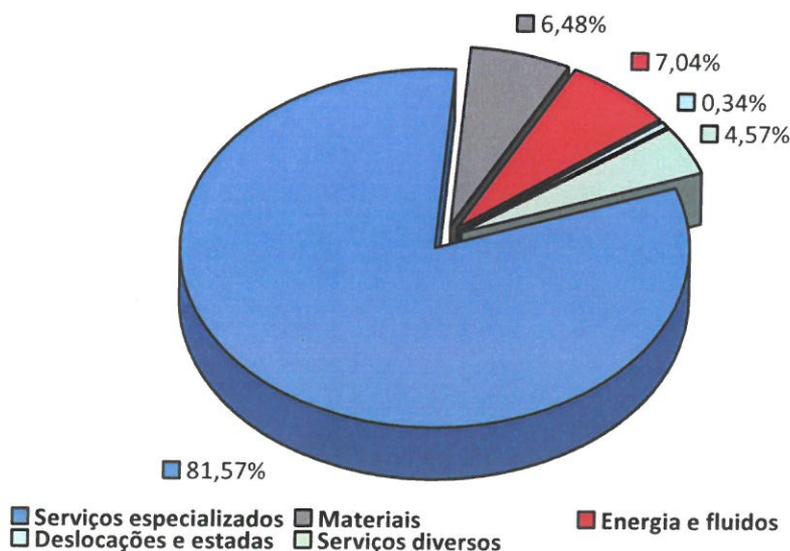
No exercício de 2018 não se regista qualquer adição de investimentos, que se perspetiva virem a acontecer em 2019. No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos juros e gastos similares suportados, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, contabilizam o valor de **1.410.222,99 €**, enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a **104.770,49 €**, concluindo-se que estas rúbricas apresentam execução dentro do orçamentado.

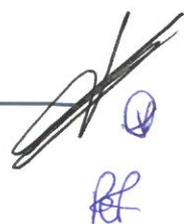
No que se alude às Imparidades, iniciou-se em 2018 uma gestão do risco de crédito de forma a garantir a cobrança efetiva dos valores faturados, promovendo contactos e contratualizando uma prestação de serviços para a cobrança de dívidas. Deste modo é reconhecido este ano um valor de **-1.334,18€**.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS



ANÁLISE DOS CUSTOS DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR FUNÇÕES/OPERAÇÃO

A leitura da demonstração de resultados por funções terá de ter em consideração que se imputou na atividade da mineração e valorização dos SPOA, o custo de tratamento na CVE e o benefício indireto resultante da produção de eletricidade em função do rendimento real da CVE (400 kwh/ton de produção).

Os resultados operacionais revelam que a valorização energética é uma operação positiva, mas que as atividades de pré-tratamento dos SPOA e da mineração apresentam resultados negativos. Saliente-se neste ponto que a atividade da mineração manteve-se muito acima do esperado (4550 ton/ano), sendo uma atividade exercida sem qualquer contrapartida financeira.

	Valorização Energética	Valorização SPOA	Mineração
Resíduos tratados (ton)	41.990,98	4.916,90	11.050,00
Vendas e Prestações de Serviços (€)	+ 2.328.236,13	+ 172.091,50	0.00
Benefício indireto (€)	0.00	+ 102.502,40	+ 340.340,00
Custos Operacionais (€)	- 2.011.582,47	- 302.798,27	- 666.532,79
Resultados Operacionais (€)	+ 272.742,45	- 28.204,37	- 326.192,79

Na seguinte tabela podem ser observados os custos unitários de cada uma das áreas de atividade, tendo por base os custos operacionais diretos e indiretos.

CUSTO POR OPERAÇÃO	2016	2017	2018
Valorização Energética			
Quantidade de Resíduos Incinerados (ton)	37.554,90	31.096,58	41.990,98
Custo Operacional (€)	1.639.944,26	1.7091.512,12	2.011.582,47
Custo unitário (€/ton)	42,43	56,23	47,91
Recuperação do Passivo Ambiental			
Quantidade de Resíduos Minerados (ton)	14.144,08	7.521,80	11.050,00
Custo Operacional (€)	- 800.500,94	- 473.001,90	- 666.532,79
Custo unitário (€/ton)	32,37	32,08	29,52
Tratamento de SPOA			
Quantidade de Resíduos (ton)	-	3.757,07	4.916,90
Custo Operacional (€)	-	281.723,16	302.798,27
Custo unitário (€/ton)	-	57,19	40,74




INDICADORES

Os rácios constituem uma das diversas técnicas base da análise financeira de uma empresa, pois contemplam uma grande quantidade de informação financeira. Além disso, permitem a comparação do desempenho económico-financeiro da empresa.

Os indicadores financeiros evidenciam algum equilíbrio financeiro de liquidez, no entanto, pode-se concluir que os níveis de tesouraria revelam importantes vulnerabilidades, incluindo uma ligeira diminuição relativamente a 2017, o que demonstra fragilidade para situações de curto prazo.

Os rácios de endividamento (autonomia financeira e solvabilidade) demonstram a forte dependência em financiamento de investimento através de capitais alheios, seja por empréstimo seja por subsídios ao investimento provenientes de fundos comunitários.

O valor do rácio de solvabilidade, pela mesma razão, reflete falta de capacidade da TERAMB em satisfazer todos os seus compromissos através de meios próprios.

O rácio de rentabilidade dos capitais próprios apresentaram-se ligeiramente positivo, em consequência do resultado obtido.

INDICADORES	2017	2018
<i>Liquidez Geral</i>	1.68	2.16
<i>Liquidez Reduzida</i>	1.38	1.46
<i>Liquidez Imediata</i>	0.53	0.28
<i>Solvabilidade</i>	3.55	3.69
<i>Autonomia Financeira</i>	78.03	78.67
<i>Rentabilidade Capitais Próprios</i>	-1.75	0.01

4. BALANÇO E RESULTADOS

O total do ativo ascendeu a **36.133.957,76€**, dos quais **96%** correspondem ao ativo não corrente enquanto o passivo totaliza **7.708.977,28€**. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de **28.424.980,48€**, correspondente essencialmente **26.248.392,07 €** ao subsídio alusivo ao investimento realizado e **1.950.000,00 €** ao capital subscrito.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual é disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2017 o valor à data em dívida no montante de 2.200.000,00€ foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. O montante a reembolsar durante o exercício de 2018 encontra-se registado como passivo corrente.

EVOLUÇÃO DO BALANÇO

BALANÇO (€)	2014	2015	2016	2017	2018
Ativo não corrente	14.901.879,90	35.511.671,35	36.932.442,53	35.524.601,54	34.169.718,78
Total ativo	36.226.713,21	39.174.008,42	38.795.640,59	37.139.732,17	36.133.957,76
Inventário final	393.462,21	3.715,04	101.608,79	291.952,96	635.321,17
Capital Próprios	25.904.302,53	29.854.664,59	30.567.829,37	28.972.052,31	28.424.980,48

No período em referência a empresa faturou **2.620.977,59 €** (valor sem IVA) tendo como resultados operacionais antes de impostos **5.045,94 €**. Este resultado está acima do previsto no orçamento porque a receita é superior ao orçamentado e houve uma extraordinária contenção da despesa, apesar do esforço desenvolvido por esta empresa na atividade de mineração.



5. DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

6. RESULTADOS

O resultado líquido da sociedade a 31 de dezembro de 2018 é **positivo** no montante de **3.563,80 €**.

Angra do Heroísmo, 28 de março de 2019

O Conselho de Administração



Raquel Gomes Caetano Ferreira



Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde



Maria do Anjo Condesso Ekström

Anexo I
Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	21	2.620.977,59	1.734.244,17
Subsídios à exploração	23	0,00	18.333,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-491.351,10	-460.468,56
Fornecimentos e serviços externos	5/10/31	-1.008.346,12	-851.941,02
Gastos com o pessoal	29	-842.809,31	-683.836,66
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	-1.334,18	-18,99
Aumentos / reduções de justo valor	28	98,63	61,64
Outros rendimentos e ganhos	23/31	1.295.485,00	1.295.482,00
Outros gastos	5/31	-52.681,09	-37.137,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.520.039,42	1.014.718,34
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.410.222,99	-1.411.624,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		109.816,43	-396.906,05
Juros e gastos similares suportados	11	-104.770,49	-110.061,63
Resultado antes de impostos		5.045,94	-506.967,68
Imposto sobre o rendimento do período	26	-1.482,14	-1.162,48
Resultado líquido do período	5	3.563,80	-508.130,16

Contabilista Certificada
n.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

BALANÇO

31. Dezembro. 2018

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	33.879.912,00	35.228.348,73
Ativos intangíveis	7	282.313,72	293.744,95
Outros investimentos financeiros	28	7.204,95	4.222,19
Créditos a receber	28	288,11	438,11
		<u>34.169.718,78</u>	<u>35.526.753,98</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	19	635.321,17	291.952,96
Clientes	28	984.608,06	518.330,94
Estado e outros entes públicos	28	40.296,18	45.199,61
Outros créditos a receber	28	28.876,70	238.014,30
Diferimentos	28	16.825,17	12.945,92
Caixa e depósitos bancários	4	258.311,70	508.686,90
		<u>1.964.238,98</u>	<u>1.615.130,63</u>
Total do ativo		<u><u>36.133.957,76</u></u>	<u><u>37.141.884,61</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6	1.950.000,00	1.950.000,00
Reservas legais		25.918,09	25.918,09
Outras reservas		49.697,44	49.697,44
Resultados transitados		147.409,08	138.037,83
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	26.248.392,07	27.326.232,41
		<u>28.421.416,68</u>	<u>29.489.885,77</u>
Resultado líquido do período	5	3.563,80	(508.130,16)
Total do capital próprio		<u><u>28.424.980,48</u></u>	<u><u>28.981.755,61</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	1.815.122,88	1.998.141,45
Passivos por impostos diferidos	26	28,29	-
Outras dívidas a pagar	28	4.983.325,14	5.200.965,97
		<u>6.798.476,31</u>	<u>7.199.107,42</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5/28	367.753,04	430.629,49
Estado e outros entes públicos	28	23.356,29	18.317,37
Financiamentos obtidos	11/28	183.018,57	173.764,34
Outras dívidas a pagar	28	336.373,07	332.597,55
Diferimentos	28	-	5.712,83
Total do passivo corrente		<u>910.500,97</u>	<u>961.021,58</u>
Total do passivo		<u><u>7.708.977,28</u></u>	<u><u>8.160.129,00</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>36.133.957,76</u></u>	<u><u>37.141.884,61</u></u>

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raqueel Gomes Caetano Ferreira)

(Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde)

(Mária do Anjo Condesso Ekstrom)

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF n.º7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.



As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2018, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor

de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

5.1 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, nos montantes de 9.371,25€ (período de 2017) e 332,05€ (períodos de 2015 e 2016), os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2017 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais apenas dois auferiram remunerações, um dos quais, apenas até 31.01.2018, data em que se desvinculou da empresa, embora tenha permanecido em funções até ser nomeado um novo Administrador. Neste exercício encontra-se registado o montante bruto de 30.966,62€ a título de remunerações e 7.030,04€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2018, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A 31 de dezembro de 2018 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 282.313,72€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2018 a empresa não tinha ativos fixos tangíveis em curso.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de dezembro de 2018, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual foi disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2018, o valor à data em dívida, no montante de 2.200.000,00€, foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. O montante a reembolsar durante o exercício de 2019, encontra-se registado como passivo corrente.

Na fase inicial deste financiamento a Administração, optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, política esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 261.426,85. Em 2018, relativamente a este financiamento, não foram capitalizados quaisquer valores, nem serão em períodos futuros.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer esta sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido.

Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2017 e 2018 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)

17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

18. AGRICULTURA (Não aplicável)

19. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma participação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da "Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira". A participação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 4.278.742,36€, dos quais 1.295.481,17€, são rendimentos do exercício de 2018.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido um reajustamento relativo à variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita no montante global de 268.217,85€. A regularizações relativas a esta rubrica ascendem a 217.640,83€ relativos 2018 e o saldo a regularizar em períodos futuros ascende a 5.200.965,97€ (sendo que a componente a doze meses ascende a 217.640,83€ e o montante remanescente de 4.983.325,14€ está registado como passivo não corrente).

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 16,8% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2018). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Os subsídios à exploração recebidos em exercícios anteriores estão relacionados com a criação de postos de trabalho, não tendo sido recebido qualquer valor em 2018, uma vez que a empresa foi notificada pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional no sentido de não reunir os requisitos necessários para poder receber estes subsídios (dada a natureza da empresa - empresa municipal), pelo que em 2019 será devolvido o montante de 605€ àquela entidade. O montante de 12.972,83€ que era espectável a empresa vir a receber, relativo a candidaturas já efetuadas, também não será recebido.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente

se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Em 2018 foi reconhecido um passivo por imposto diferido no valor de 28,29€, relativo ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos previstos na FAQ nº 28 da Comissão de Normalização Contabilística.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 16,8% para o montante global de matéria coletável.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As

referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);

- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de dezembro de 2018, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 2.069,75€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Face à imaterialidade da desvalorização gerada pelo fundo, não houve reconhecimento de impostos diferidos.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2018.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2018 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos “Quadros - ANEXO” reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 1.008.346,12€ no final de 2018. O Quadro 31.1 dos “Quadros - ANEXO” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2018 ao valor global de 1.295.485,00€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros - ANEXO”.

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 52.681,09€ no final do terceiro trimestre de 2018. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros - ANEXO”.

32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBAS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas “SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda”, com sede em Rua Silva Brinco, nº 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido colocados à disposição o montante de 4.602,00€ a título de honorários relativos aos serviços prestados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 15 de março de 2018.

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2017	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2018
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	49.535,33	11.431,23	0,00	0,00	60.966,56
	49.535,33	11.431,23	0,00	0,00	60.966,56

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2017	Saldo em 31. Dezembro. 2018
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	293.744,95	282.313,72
	293.744,95	282.313,72

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2018
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	36.522.901,03	18.723,86	0,00	0,00	36.541.624,89
Equipamento básico	1.404.803,96	9.861,01	0,00	0,00	1.414.664,97
Equipamento de transporte	177.571,63	10.132,49	900,00	0,00	186.804,12
Equipamento administrativo	13.979,26	3.240,00	0,00	0,00	17.219,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	19.493,87	8.397,67	0,00	0,00	27.891,54
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	38.138.749,75	50.355,03	900,00	0,00	38.188.204,78

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2017	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2018
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.450.744,90	1.213.259,64	0,00	0,00	3.664.004,54
Equipamento básico	379.316,94	160.733,99	0,00	0,00	540.050,93
Equipamento de transporte	54.627,85	20.373,13	900,00	0,00	74.100,98
Equipamento administrativo	12.571,56	2.767,86	0,00	0,00	15.339,42
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	13.139,77	1.657,14	0,00	0,00	14.796,91
	2.910.401,02	1.398.791,76	900,00	0,00	4.308.292,78

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2017	Saldo em 2018
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34.072.156,13	32.877.620,35
Equipamento básico	1.025.487,02	874.614,04
Equipamento de transporte	122.943,78	112.703,14
Equipamento administrativo	1.407,70	1.879,84
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	6.354,10	13.094,63
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00
	35.228.348,73	33.879.912,00

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Valor Contratual	2017				2018			
	Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	28.094,21	173.764,34	2.171.905,79	1.998.141,45	173.764,34	183.018,57	1.998.141,45	1.815.122,88
Participantes de Capital: Suprimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	28.094,21	173.764,34	2.171.905,79	1.998.141,45	173.764,34	183.018,57	1.998.141,45	1.815.122,88
	2017	2018						
Custos dos empréstimos obtidos	110.061,63	104.770,49						

Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS

Imparidades - Dívidas de Clientes

	2017	2018
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Reclamados judicialmente	0,00	0,00
Em mora:	214,39	1.548,57
Há mais de 6 meses e até 12 meses		
Há mais de 13 meses e até 18 meses		
Há mais de 19 meses e até 24 meses		
Há mais de 25 meses	214,39	1.548,57
Totais	214,39	1.548,57

		2017			
		Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Imparidades:					
Reclamados judicialmente	100%	0,00			0,00
Em mora:		195,40	0,00	18,99	214,39
Há mais de 6 meses e até 12 meses	25%	0,00			0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	50%	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	75%	56,97		-56,97	0,00
Há mais de 24 meses	100%	138,43		75,96	214,39
Totais		195,40	0,00	18,99	214,39

		2018			
		Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
		0,00			0,00
		214,39	0,00	1.334,18	1.548,57
		0,00			0,00
		0,00			0,00
		0,00			0,00
		214,39		1334,18	1.548,57
Totais		214,39	0,00	1.334,18	1.548,57

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	2017		2018	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	101.608,79	0,00	291.952,96
Compras	0,00	731.324,40	0,00	939.591,04
Reclassificações/Regularizações	0,00	-80.511,67	0,00	-104.871,73
Inventário Final	0,00	291.952,96	0,00	635.321,17
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	460.468,56	0,00	491.351,10

Quadro 21 RÉDITO

	2017	2018
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	524.881,91	1.157.270,31
Prestação de serviços	1.209.362,26	1.463.707,28
Subsídios à Exploração	18.333,00	0,00
Subsídios ao Investimento	1.295.481,16	1.295.481,17
Juros	0,00	2,53
	3.048.058,33	3.916.461,29

Quadro 23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	2017					2018				
	Subsídios Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	1.203.558,32	1.121.945,04	2.325.503,36	31.366.539,94	33.692.043,30	2.325.503,36	1.121.945,05	3.447.448,41	30.244.594,89
Equipamento básico	1.295.512,44	218.040,66	158.936,12	376.976,78	918.535,66	1.295.512,44	376.976,78	158.936,12	535.912,90	759.599,54
Equipamento de transporte	146.000,00	15.816,67	14.600,00	30.416,67	115.583,33	146.000,00	30.416,67	14.600,00	45.016,67	100.983,33
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
	35.383.920,12	1.687.780,03	1.295.481,16	2.983.261,19	32.400.658,93	35.383.920,12	2.983.261,19	1.295.481,17	4.278.742,36	31.105.177,76

	2017			2018		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	5.636.247,63	217.640,83	5.418.606,80	5.418.606,80	217.640,83	5.200.965,97

	2017	2018
Valor contratualizado de subsídios relacionado com ativos	32.400.658,93	31.105.177,76
Valor líquido subsídios relacionados com ativos	26.982.052,13	25.904.211,79
Valor subsídios à exploração	18.333,00	0,00

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2017	2018
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	-516.338,93	5.045,94
Resultados fiscal do período	-545.078,94	19.927,89
Reporte de rejeições fiscais	0,00	13.949,52
Matéria coletável do período	-545.078,94	5.978,37
Imposto corrente	0,00	1.004,37
Tributações autónomas	1.162,48	449,49
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00%	16,80%

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos					Passivos				
	2017		2018		Saldo Final	2017		2018		Saldo Final
Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Inicial		Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-28,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-28,29

Imposto sobre o Rendimento

	2017	2018
Imposto Corrente	1.162,48	1.453,85
Imposto Diferido	0,00	-28,29
	-1.162,48	-1.482,14

Estado e Outros Entes Públicos

	2017	2018
Ativo:		
IRC - A Recuperar	0,00	0,00
IRC - PEC's a recuperar	3.289,08	5.101,16
IVA - A Recuperar	41.910,53	35.195,02
IVA - Reembolsos Pedidos	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	45.199,61	40.296,18
Passivo:		
IRC - A Pagar	1.162,48	449,49
IRS - Retenções na fonte a pagar	3.517,66	4.636,89
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	12.654,13	17.580,61
Contribuições para a CGA	983,10	689,30
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	18.317,37	23.356,29

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 2017	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 2018
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	4.222,19	3.227,53	-343,40	98,63	7.204,95
	4.222,19	3.227,53	-343,40	98,63	7.204,95

Ativos Financeiros - Clientes

	2017	2018
	Valor Nominal	Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	518.330,94	984.608,06
Clientes de Cobrança Duvidosa:	214,39	1.548,57
Perdas por Imparidade Acumuladas	-214,39	-1.548,57
	518.330,94	984.608,06

Outros Ativos Financeiros

	2017	2018
Outras contas a Receber:	238.452,41	28.232,85
Fornecedores (saldos contrários)	297,71	4.034,79
Adiant. e outras operações com o pessoal	28,49	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos:	231.922,17	23.909,95
Faturação a emitir	231.922,17	23.907,42
Juros a receber	0,00	2,53
Outros devedores	6.204,04	288,11
	238.452,41	28.232,85
Diferimentos de gastos:		
Seguros	12.945,92	16.825,17
	12.945,92	16.825,17

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	2017	2018
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	1.998.141,45	1.815.122,88
	<u>1.998.141,45</u>	<u>1.815.122,88</u>
Correntes:		
Empréstimos Bancários	173.764,34	183.018,57
	<u>173.764,34</u>	<u>183.018,57</u>

Outros Passivos Financeiros

	2017	2018
Fornecedores:	430.629,49	367.753,04
Fornecedores C/C	430.629,49	367.753,04
Fornecedores titulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar:	5.533.563,52	5.319.698,21
Clientes (salDOS contrários)	1,05	0,00
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	24.500,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos:	90.049,29	112.929,22
Remunerações a pagar ao pessoal	80.747,90	95.681,17
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	9.301,39	17.248,05
Outros Credores	5.419.013,18	5.206.768,99
	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Diferimentos de Rendimentos:		
Rendimentos a Reconhecer	5.712,83	0,00
	<u>5.712,83</u>	<u>0,00</u>

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2017		2018	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	36	70.432	42	82.164
Pessoas REMUNERADAS	36	70.432	42	82.164
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	36	70.432	42	82.164
Pessoas a TEMPO COMPLETO	35	69.440	41	82.000
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	35	69.440	41	82.000
Pessoas a TEMPO PARCIAL	1	992	1	164
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	1	992	1	164
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	36	70.432	42	82.164
Homens	31	60.512	36	70.164
Mulheres	5	9.920	6	12.000
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0	0	0
Afetos à I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário				

Gastos com Pessoal

	2017	2018
Remunerações dos órgãos sociais	<u>19.563,17</u>	<u>30.966,62</u>
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	<u>506.357,71</u>	<u>622.937,29</u>
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	<u>120.597,95</u>	<u>155.002,32</u>
Contribuições para a Segurança Social	115.527,83	144.404,96
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	204,58	324,00
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	4.830,35	10.268,36
Quotizações ADSE	35,19	5,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	<u>10.760,43</u>	<u>15.208,52</u>
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	<u>26.557,40</u>	<u>18.694,56</u>
Formação	14.095,75	3.037,80
Higiene e segurança no trabalho	2.850,90	1.363,70
Fardamento	9.610,75	14.293,06
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	<u><u>683.836,66</u></u>	<u><u>842.809,31</u></u>

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2017	2018
Subcontratos	87.233,38	110.720,55
Serviços Especializados	566.482,16	732.191,83
Trabalhos especializados	302.023,53	265.732,64
Publicidade	54,40	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	2.242,00	3.225,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	255.926,36	455.908,38
Serviços Bancários	6.235,87	7.325,81
Outros Serviços Especializados	0,00	0,00
Materiais	48.757,28	58.188,91
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.933,31	8.441,09
Livros e documentação técnica	0,00	170,27
Material de Escritório	985,37	1.591,43
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	42.838,60	47.986,12
Energia e Fluidos	81.772,91	63.159,42
Electricidade	18.078,38	2.259,48
Combustíveis	45.311,09	48.496,90
Água	13.367,89	7.705,17
Outros	5.015,55	4.697,87
Deslocações e estadas	2.892,75	3.073,31
Serviços diversos	64.802,54	41.012,10
Rendas e alugueiros	7.226,35	7.453,05
Comunicações	37.785,11	20.291,69
Seguros	7.793,99	7.757,47
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	360,00	749,16
Despesas de representação	2.571,23	1.992,98
Limpeza, higiene e conforto	2.965,84	1.947,74
Outros serviços diversos	6.100,02	820,01
Total FSE	851.941,02	1.008.346,12

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	2017	2018
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	1,27
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros	1.295.482,00	1.295.481,20
Juros Obtidos	0,00	2,53
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	1.295.482,00	1.295.485,00

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2017	2018
Impostos	26.903,13	27.947,49
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	2.888,08	18.666,47
Outros	7.346,03	6.067,13
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	37.137,24	52.681,09

Contabilista Certificada
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Paetano Ferreira)

(Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2017

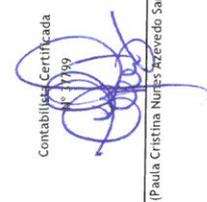
(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Accções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
1	1.950.000,00	-	-	-	23.056,40	38.250,67	138.141,10	-	-	28.404,07,74	13.873,14	30.567.394,05
2					2.861,69	11.446,77	(103,27)			(1.077.840,33)	(14.308,46)	
3											435,32	
4-2+3												332,05
												(1.077.840,33)
5												
6=1+4+5	1.950.000,00	-	-	-	25.918,09	49.697,44	138.037,83	-	-	27.326.232,41	(508.130,16)	28.981.755,61

Posição no início do período 2017

Primeira adopção de novo referencial contabilístico
 Alterações de políticas contabilísticas
 Diferenças de conversão de demonstrações financeiras
 Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis
 Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis
 Ajustamentos por impostos diferidos
 Outras alterações reconhecidas no capital próprio:
 Prestações acessórias de capital
 Transferência de Resultados
 Correções relativas a exercícios anteriores
 Subsídios ao investimento
 Doações

* Realizações de capital
 Realizações de prémios de emissão
 Distribuições
 Entradas para cobertura de perdas
 Outras operações

Contabilista Certificada
 1799

 (Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração


 (Raquel Gomes Casanova Ferreira)

 (Tiago Luís Borges de Menezes Ormão)

 (Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2018

(Montantes expressos em euros)

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	2.538.546,73	2.485.760,63
Pagamentos a fornecedores	-2.144.348,61	-1.466.419,93
Pagamentos ao pessoal	-516.866,63	-418.651,92
Caixa gerada pelas operações	-122.668,51	600.688,78
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-266.994,25	-96.028,25
Outros recebimentos / pagamentos	-21.872,18	-9.555,66
Fluxos das actividades operacionais [1]	-411.534,94	495.104,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-74.711,24	-2.799,11
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-3.353,77	0,00
Outros ativos	0,00	-2.406,93
	-78.065,01	-5.206,04
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	138,17	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	95,07
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	95,07
	138,17	95,07
Fluxos das actividades de investimento [2]	-77.926,84	-5.110,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	517.501,41	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	517.501,41	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	239.086,58	-138.035,84
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-250.375,20	351.958,06
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	508.686,90	156.728,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	258.311,70	508.686,90

Contabilista Certificada
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

Contribuinte: 509620515
Período findo em: 31. Dezembro. 2018

Pág. 1/1
Moeda: EUR

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2018	2017	%
Vendas e serviços prestados	2.620.977,59	1.734.244,17	51,13
Subsídios à exploração	0,00	18.333,00	-100,00
Outros Rendimentos e Ganhos	1.295.485,00	1.295.482,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	2018	2017	%
CMVMC	491.351,10	460.468,56	6,71
Fornecimentos e Serviços Externos	1.008.346,12	851.941,02	18,36
Gastos com Pessoal	842.809,31	683.836,66	23,25
Outros Gastos e Perdas	52.681,09	37.137,24	41,86
Gastos Depreciações/Amortizações	1.410.222,99	1.411.624,39	-0,10
Juros e gastos similares suportados	104.770,49	110.061,63	-4,81

Estrutura de Resultados

Rubricas	2018	2017	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.520.039,42	1.014.718,34	49,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	109.816,43	-396.906,05	127,67
Resultado antes de impostos	5.045,94	-506.967,68	101,00
Impostos sobre o rendimento do período	1.482,14	1.162,48	27,50
Resultado líquido do período	3.563,80	-508.130,16	100,70

Margem de Comercialização

Rubricas	2018	2017	%
Vendas e serviços prestados	2.620.977,59	1.734.244,17	51,13
CMVMC + FSE's	1.499.697,22	1.312.409,58	14,27
Margem em Valor	1.121.280,37	421.834,59	165,81
Margem em %	42,78	24,32	75,88

Ponto crítico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	2018	2017	%
Vendas e serviços prestados	2.620.977,59	1.734.244,17	51,13
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	2.305.713,39	2.132.598,29	8,12
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	5.389.573,64	8.767.526,99	-38,53
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Critico)	-2.768.596,05	-7.033.282,82	60,64
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	87,97	122,97	-28,46
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-105,63	-405,55	73,95

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	2018	2017	%
Capitais Permanentes (1)	35.223.456,79	36.180.863,03	-2,65
Activo não corrente (2)	34.169.718,78	35.526.753,98	-3,82
Fundo de Maneio (3=1-2)	1.053.738,01	654.109,05	61,10
Necessidades de Exploração (4)	1.660.225,41	855.483,51	94,07
Recursos de Exploração (5)	391.109,33	448.946,86	-12,88
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	1.269.116,08	406.536,65	212,18
Necessidades Extra-Exploração (7)	45.701,87	250.960,22	-81,79
Recursos Extra-Exploração (8)	519.391,64	506.361,89	2,57
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-473.689,77	-255.401,67	-85,47
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	795.426,31	151.134,98	426,30
Tesouraria Global (11=3-10)	258.311,70	502.974,07	-48,64

Indicadores

Rubricas	2018	2017	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	2,16	1,68	28,36
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,46	1,38	6,01
Liquidez Imediata Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,28	0,53	-46,40
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,69	3,55	3,82
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo líquido x 100	78,67	78,03	0,81
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Líquido/Capital Próprio x 100	0,01	-1,75	100,72

Anexo II
Parecer Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 36.133.957,76 euros e um total de capital próprio de 28.424.980,48 euros, incluindo um resultado líquido de 3.563,80 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.M. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos

chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

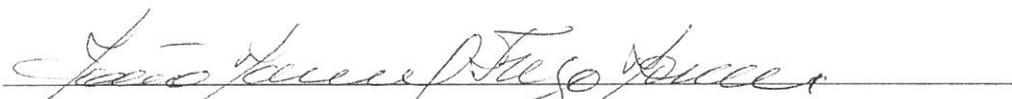
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de março de 2019



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

Anexo III
Ata Assembleia Geral

ATA n.º 48

Ao vigésimo oitavo dia do mês de março de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita no Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da mesma empresa. Presidiu Tibério Manuel Faria Dinis, encontrando-se também presente José Gabriel Álamo de Meneses. A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1 – Apreciação do Relatório de gestão e contas de 2018

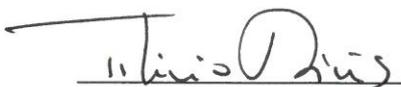
Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprova-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- Total do Ativo: 36.133.957,76 €
- Total do Passivo: 7.708.977,28 €
- Capitais Próprios: 28.424.980,48 €
- Volume de negócios: 2.620.977,59 €
- Resultados líquidos: + 3.563,80 €

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade.

O Presidente

(Tibério Manuel Faria Dinis)



O Secretário

(José Gabriel Álamo de Meneses)

